

# Precedente na Elaboração

## A CONFERÊNCIA DE ESPECIALISTAS DO GOVERNO DA ONU

Como impedir que um criminoso remova as marcas de identificação de um revólver com armação em polímero? Este foi um tipo de questão levantada, e às vezes respondida, na Conferência Aberta de Especialistas do Governo (*Open-ended Meeting of Governmental Experts* – MGE), reunidos na sede da ONU em Nova York, entre 09 e 13 de maio de 2011. Pela primeira vez numa reunião de armas leves da ONU, as discussões foram encabeçadas por especialistas e relativamente interativas com as delegações focadas em detalhes práticos de marcação de armas, de manutenção de registros e rastreamento da maneira como é tratado no Instrumento Internacional de Rastreamento (*International Tracing Instrument* - ITI) e negociado dentro do âmbito mais amplo do Programa de Ação das Nações Unidas (*UN Programme of Action* – PoA).

**Informações insuficientes e erros na identificação de armas são as principais causas das falhas no rastreamento.**

Esboçado sobre o Resumo do Presidente da MGE (*Chair's Summary of the MGE*) e as observações do próprio autor provenientes da reunião, este capítulo apresenta detalhes das discussões da MGE com o intuito de identificar algumas das principais dificuldades para a completa implementação do ITI, bem como dos vários meios de superá-las. O capítulo não pretende tirar qualquer conclusão a respeito dos progressos alcançados pelos países-membros da ONU na implementação do ITI. Seu objetivo é antes, para usar a linguagem das resoluções da ONU, examinar os “desafios e oportunidades” inerentes a tais implementações, especificamente àquelas discutidas na MGE.

As principais conclusões do capítulo são as seguintes:

- Uma importante recomendação vinda da MGE foi o estabelecimento de um Comitê Técnico que deveria traçar recomendações para as marcações, tendo em consideração os novos progressos na fabricação e design de armas.
- Embora o assunto tenha sido abordado na MGE, diferenças entre a marcação de armas ligeiras e de pequeno calibre ainda têm que ser investigadas dentro do organismo da ONU.
- As delegações da MGE destacaram uma série de desafios associados com a conversão de sistemas de manutenção de registro em suporte de papel para a forma eletrônica, incluindo a falta de pessoal qualificado e problemas com os programas.



Um revólver com seu número de série raspado, Rio de Janeiro, Brasil, maio de 2004. A arma foi apreendida durante a prisão de um traficante de drogas de 26 anos, acusado pelo assassinato de vários policiais. © Alaor Filho/Agência Estado/AE

- Os participantes da reunião citaram a falta de informações nos pedidos de rastreamento, juntamente com a identificação imprecisa de armas e marcações de armas, como as principais causas das falhas de rastreamento. As armas produzidas sob licença em país estrangeiro foram frequentemente não reconhecidas por causa da identificação incorreta do fabricante ou do país de fabricação.
- As discussões na MGE revelaram que quando as suas linhas nacionais e internacionais de comunicação eram boas, os pontos de contato nacionais foram com frequência um instrumento para resolver até os casos mais complexos de armas.
- A MGE destacou o papel da tecnologia, tanto para a complicação na implementação de certas disposições do ITI (como o significado da marcação de armas em armação de polímero), como também para a superação de desafios críticos de implementação (como o uso de fotografia digital para a identificação das armas).
- Os países-membros da ONU ainda têm que desenvolver meios específicos para levar a diante as ideias, propostas e as lições aprendidas, que foram compartilhadas na MGEs.

A MGE de 2011 revelou a considerável amplitude e profundidade de questões como a marcação de armas, a manutenção de registros e a prática de rastreamento em todo o mundo. Não era o papel da reunião avaliar a extensão de como essa atividade estaria ligada ao ITI, mas pode ser esperado da MGE que ela tenha uma certa influência no aumento da conscientização sobre a existência do Instrumento e no reforço do estímulo para a sua implementação. Existem algumas evidências anteriores de que a MGE já tenha feito isso. Um exemplo foi o aumento do número de pontos de contato nacionais notificado ao Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento (*UN Office for Disarmament Affairs – UNODA*), um indicador importante da implementação do ITI. O número de pontos de contato conheceu um grande impulso vindo da reunião, se elevando de 18 em meados de janeiro de 2011, para 67 em 12 de maio de 2011, o penúltimo dia da MGE. Além disso, gráficos da INTERPOL mostram um aumento no número de pedidos de rastreamentos (representando milhares de armas de fogo), dos quais a organização é um modelo: de uma média de 25 por mês durante o período de dois anos anteriores à MGE, para uma média de 36 por mês depois desta.

#### **Existem algumas evidências anteriores de que a MGE estimulou e reforçou a implementação do ITI.**

Até a metade de 2012, as implicações da MGE de 2011 para o processo de armas leves da ONU não estavam claras. Os membros da ONU ainda não entraram num acordo para convocar outras MGEs, deixando essa questão para a Segunda Conferência de Revisão do PoA (*PoA's Second Review Conference*), marcada para agosto-setembro de 2012. Apesar da resolução geral (*omnibus*) sobre armas leves da ONU, adotada em dezembro de 2011, ter endossado o relatório formal (em grande parte não-substancial) da MGE e tomado “nota com apreciações sobre o Resumo das discussões feita pelo Presidente”, ela não deu seguimento às muitas recomendações que surgiram na reunião, algumas das quais exigindo uma ação multilateral, como a criação de um Comitê Técnico para a marcação de armas. Há também uma necessidade de detalhar, provavelmente em forma de um documento da ONU, os vários elementos da reunião que contribuíram para o seu sucesso, incluindo a natureza de orientação especializada das discussões, seu caráter interativo e o papel da presidência para facilitar tais processos. Entre outras coisas, tal documento pode ajudar a levar a questão – ainda não respondida – de como fazer a distinção entre os mandatos das reuniões bienais do PoA, das conferências de revisão e das MGEs.

O lugar da MGE no ciclo de encontros do PoA ainda não está assegurado. Ainda devem ser desenvolvidos meios específicos de levar a diante ideias, propostas e lições aprendidas, compartilhadas nessas reuniões. No entanto, se o objetivo das reuniões da ONU sobre armas leves é promover o reforço da implementação do PoA e do ITI, o primeiro passo lógico é examinar os “desafios e oportunidades” inerentes à sua implementação. A MGE de 2011 mostra o que pode ser feito a este respeito, mas uma continuidade concreta ainda é incerta, entre outras coisas, dada a atual falta de condição institucional da MGEs de um modo geral. Um precedente na elaboração, que ainda não foi feito. ■



Oficiais da Divisão de Investigação Criminal registram armas no Registro Balístico em Tegucigalpa, Honduras, agosto de 2005.  
© Ginnette Riquelme/AP Photo